

Fotocópia do Bilhete de Identidade válido e do número fiscal de contribuinte; e  
Fotografia actualizada.

9 — Quota de emprego — Os candidatos portadores de deficiência devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência. Deverão ainda mencionar os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de selecção, quando estes não se adequem à sua deficiência. É garantida a quota fixada nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

10 — O júri tem a facultade de exigir a qualquer candidato a apresentação dos documentos originais que comprovem as fotocópias apresentadas, sendo que, as falsas declarações serão punidas nos termos da lei, implicando desde logo a eliminação do concurso.

11 — Métodos de selecção:

11.1 — Prova Oral de Conhecimentos Específicos (POCE) — carácter eliminatório: visa avaliar numa escala de 0 a 20 valores, os conhecimentos dos candidatos, sendo excluídos aqueles que obtenham classificação inferior a 9,5 valores. Terá a duração de 20 minutos e versará sobre os seguintes temas:

Carta Deontológica do Serviço Público;  
Estatuto Disciplinar;  
Código do Procedimento Administrativo; e  
Quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias.

11.2 — Avaliação Curricular (AC) — carácter eliminatório: visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto, com base na análise do currículo profissional, pontuada numa escala de 0 a 20 valores, sendo excluídos aqueles que obtenham uma classificação inferior a 9,5 valores, através da aplicação da seguinte fórmula:

$$AC = HL + FP + EP / 3$$

sendo:

AC = Avaliação Curricular;  
HL = Habilitações Literárias;  
FP = Formação Profissional; e  
EP = Experiência Profissional.

11.3 — Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, constam de acta de reunião do Júri do concurso, sendo a mesma facultada quando solicitada.

12 — A relação de candidatos e a lista de classificação final serão afixadas no serviço de Recursos Humanos, se for caso disso.

13 — A classificação final dos candidatos será a resultante da aplicação da fórmula a seguir indicada, traduzida numa escala de 0 a 20 valores para cada um dos métodos, sendo excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores:

$$CF = AC + POCE / 2$$

sendo:

CF = classificação final;  
AC = Avaliação Curricular; e  
POCE = Prova Oral de Conhecimentos Específicos.

14 — Os candidatos admitidos serão notificados do dia, local e hora da aplicação dos métodos de selecção, nos termos previstos no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

15 — O júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente: Leonel Calisto Correia da Silva, Vereador do Ambiente e Recursos Humanos.

Vogais Efectivos: Carlos Alberto Gomes Gonçalves, Vereador do Urbanismo e Património; e José Ricardo Fraga Gomes Ferreira, Director de Departamento de Gestão e Ordenamento do Território.

Vogais suplentes: Marcelino Antelmo Vieira Gonçalves, Vereador dos Assuntos Sociais, Cultura, Desporto e Administração; e Ana Maria de Jesus e Silva, Directora de Departamento de Intervenção Social e Qualidade de Vida.

16 — O presidente do Júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

17 — Regime de Estágio:

17.1 — O júri de Estágio terá a mesma composição do júri do concurso.

17.2 — O estágio com carácter probatório terá a duração de um ano e obedecerá às regras constantes do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 265/88, de 28 de Julho.

17.3 — Findo o período de estágio, o estagiário será avaliado pelo júri com base no relatório e na classificação de serviço, sendo a classificação final a resultante da média aritmética em cada um dos factores. Se obtiver classificação não inferior a Bom (14 valores), será provido a título definitivo.

11 de Outubro de 2007 — O Vereador do Ambiente e Recursos Humanos, Leonel Calisto Correia da Silva.

2611065996

### Aviso n.º 23378/2007

#### Concurso Externo de Ingresso para provimento de duas vagas para técnico superior de 2.ª classe — Arquitectos (Estagiários)

1 — Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho de Sua Exa. o Senhor Presidente da Câmara, de 26 de Julho de 2007, proferido no uso das competências conferidas pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso, tendo em vista o provimento de dois lugares de técnico superior de 2.ª classe — Arquitectos (estagiários), do grupo de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal deste Município.

2 — Legislação aplicável — Ao presente concurso são aplicáveis as disposições constantes dos Decretos-Lei n.ºs 204/98, de 11 de Julho, adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho; Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro e aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 Outubro; Decreto-Lei n.º 404-A/98 de 18 de Dezembro, adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro; Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro; Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho; e Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

3 — Validade do concurso — O concurso é válido por um ano, cessando com o preenchimento das respectivas vagas postas a concurso.

4 — Conteúdo funcional — O constante no despacho 6871/2002, D.R. 2.ª série de 3/4/2002.

5 — Local de trabalho — Área do Município de Câmara de Lobos.

6 — Remuneração e condições de trabalho — A remuneração é a fixada para a categoria, nos termos dos Decretos-Lei n.ºs 353-A/89, de 16 de Outubro, 404-A/98, de 18 de Dezembro e legislação complementar, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes e aplicáveis aos funcionários da Administração Local.

7 — Requisitos de admissão — Os candidatos devem reunir os requisitos gerais e especiais infra-referidos, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, sob pena de exclusão.

7.1 — Requisitos gerais — os constantes no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- Ter 18 anos completos;
- Possuir as habilitações literárias e ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

7.2 — Requisitos Especiais: Licenciatura em Arquitectura.

8 — Formalização das candidaturas — As candidaturas deverão ser formalizadas, no prazo fixado no n.º 1 do presente aviso, através de requerimento dirigido ao Vereador do Ambiente e Recursos Humanos da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, e entregue pessoalmente no serviço de Recursos Humanos, ou remetido pelo correio, registado com aviso de recepção, para: Câmara Municipal de Câmara de Lobos, Praça da Autonomia, 9304-001 Câmara de Lobos.

8.1 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, estado civil, filiação, naturalidade, data de nascimento, nacionalidade, número, data, arquivo e validade do Bilhete de Identidade, número fiscal de contribuinte, morada, código postal e telefone);
- Habilitações Académicas;
- Identificação do concurso a que se candidata, assim como do *Diário da República* em que foi publicado o presente aviso;
- Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem relevantes para apreciação do seu mérito ou que possam constituir motivo de preferência legal, e, neste caso, devidamente comprovados; e

- Declaração, sob compromisso de honra, de que possui os requisitos gerais de provimento em funções públicas, como determina o n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei 204/98, de 11 de Julho.

8.2 — O requerimento de admissão deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

- *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado;
- Documentos comprovativos das habilitações académicas, da formação profissional e da experiência profissional;
- Fotocópia do Bilhete de Identidade válido e do número fiscal de contribuinte; e
- Fotografia atualizada.

9 — Quota de emprego — candidatos com deficiência têm preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal, conforme consta do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 03 de Fevereiro. Os candidatos portadores de deficiência devem ainda declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência. Deverão ainda mencionar os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, quando estes não se adequem à sua deficiência.

10 — O júri tem a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação dos documentos originais que comprovem as fotocópias apresentadas, sendo que, as falsas declarações serão punidas nos termos da lei, implicando desde logo a eliminação do concurso.

11 — Métodos de seleção:

11.1 — Prova Oral de Conhecimentos Específicos (POCE) — carácter eliminatório: visa avaliar numa escala de 0 a 20 valores, os conhecimentos dos candidatos, sendo excluídos aqueles que obtenham classificação inferior a 9,5 valores. Terá a duração de 20 minutos e versará sobre os seguintes temas:

- Carta Deontológica do Serviço Público;
- Estatuto Disciplinar;
- Código do Procedimento Administrativo;
- Quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias.

11.2 — Avaliação Curricular (AC) — carácter eliminatório: visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto, com base na análise do currículo profissional, pontuada numa escala de 0 a 20 valores, sendo excluídos aqueles que obtenham uma classificação inferior a 9,5 valores, através da aplicação da seguinte fórmula:

$$AC = HL + FP + EP / 3$$

Sendo:

- AC= Avaliação Curricular;
- HL= Habilitações Literárias;
- FP= Formação Profissional; e
- EP= Experiência Profissional.

11.3 — Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de seleção, bem como o sistema de classificação final, constam de acta de reunião do Júri do concurso, sendo a mesma facultada quando solicitada.

12 — A relação de candidatos e a lista de classificação final serão afixadas no serviço de Recursos Humanos, se for caso disso.

13 — A classificação final dos candidatos será a resultante da aplicação da fórmula a seguir indicada, traduzida numa escala de 0 a 20 valores para cada um dos métodos, sendo excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores:

$$CF = POCE + AC / 2$$

Sendo:

- CF = classificação final;
- POCE = Prova Oral de Conhecimentos Específicos; e
- AC = Avaliação Curricular.

14 — Os candidatos admitidos serão notificados do dia, local e hora da aplicação dos métodos de seleção, nos termos previstos no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

15 — O júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente: Leonel Calisto Correia da Silva, Vereador do Ambiente e Recursos Humanos.

Vogais Efectivos: Carlos Alberto Gomes Gonçalves, Vereador do Urbanismo e Património; e José Ricardo Fraga Gomes Ferreira, Director de Departamento de Gestão e Ordenamento do Território.

Vogais suplentes: Ana Luísa Rodrigues Jesus, Chefe de Divisão de Obras e Infra-Estruturas Municipais; e Ana Maria de Jesus e Silva, Directora de Departamento de Intervenção Social e Qualidade de Vida.

16 — O presidente do Júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

17 — Regime de Estágio:

17.1 — O júri de Estágio terá a mesma composição do júri do concurso.

17.2 — O estágio com carácter probatório terá a duração de um ano e obedecerá às regras constantes do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho.

17.3 — Findo o período de estágio, o estagiário será avaliado pelo júri com base no relatório e na classificação de serviço, sendo a classificação final a resultante da média aritmética em cada um dos factores. Se obtiver classificação não inferior a Bom (14 valores), será provido a título definitivo.

11 de Outubro de 2007 — O Vereador do Ambiente e Recursos Humanos, *Leonel Calisto Correia da Silva*.

2611065947

## CÂMARA MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL

### Aviso n.º 23379/2007

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto e Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, torna-se público que, por meu despacho, datado de 13 de Novembro do ano de 2007, foi renovado por mais um ano, com efeitos a partir de 01 de Dezembro do ano de 2007, o contrato de trabalho a termo certo resolutivo, para desempenharem funções de Auxiliar Administrativo com as senhoras, Lílina Patrícia Almeida Rodrigues e Raquel Castanheira Pereira.

13 de Novembro do ano de 2007. — O Presidente da Câmara, *Atilio dos Santos Nunes*.

2611066560

## CÂMARA MUNICIPAL DO CARTAXO

### Aviso n.º 23380/2007

#### Reclassificação profissional

Para os devidos efeitos se torna público que, por meus despachos, datados de 12 de Novembro de 2007, no uso da competência que me foi delegada pelo Senhor Presidente da Câmara, nos termos do n.º 2 do artigo. 69.º da lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foram reclassificados profissionalmente, nos termos do n.º 3 do artigo. 6.º do decreto-lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicado à administração local pelo decreto-lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, após o exercício de funções em comissão de serviço extraordinária, na carreira/categoria de auxiliar administrativo, escalão 1, índice 128, vencimento 418,24 € os funcionários abaixo mencionados:

- Nélia Milena Sousa Monteiro.
- Tiago Barão dos Santos Rodrigues.

As nomeações não estão sujeitas a visto do Tribunal de Contas.

Os nomeados deverão aceitar o lugar acima mencionado, no prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso na 2.ª série do *Diário da República*, ficando exonerados das anteriores funções, à data da posse na nova categoria.

13 de Novembro de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Francisco Casimiro*.

2611066007

## CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS

### Aviso n.º 23381/2007

Para os devidos efeitos torna-se público que, por meu despacho, de 29 de Outubro de 2007, foi deferido o pedido de Licença sem Vencimento por um ano, ao abrigo do artigo. 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, ao Pedreiro Principal, Fernando Manuel dos Santos Bolinhas, com efeitos a partir de 31 de Outubro de 2007, inclusive.

8 de Novembro de 2007. — O Vereador dos Recursos Humanos, com delegação de assinatura, *Pedro Caldeira Santos*.

2611065973